



Educação infantil em Belo Horizonte: análise dos gastos das escolas públicas municipais

Este trabalho foi escolhido como o Melhor Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis da PUC Minas, unidade São Gabriel, turma do segundo semestre de 2018.

Submetido em: 24/04/2019

Aprovado em: 24/05/2019

Stephanie Brito de Souza¹

RESUMO

Este trabalho abordou a gestão de custos na educação infantil municipal, e teve como objetivo a análise da adequação dos recursos repassados pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte a algumas escolas selecionadas em uma das regiões do município. Os aspectos pesquisados, a partir da percepção dos gestores, estão relacionados à análise dos gastos necessários para o funcionamento das escolas e a realização das atividades de ensino frente às receitas advindas dos repasses da Prefeitura. O estudo fez uso de técnicas qualitativas de coleta de informações, através de entrevistas com gestores de duas escolas selecionadas e com um gestor da Secretaria Municipal de Educação, além da aplicação de questionários aos gestores das outras dez escolas da mesma região. A análise incluiu também o exame do montante das receitas e despesas de cada escola no período de abril a setembro de 2018. Os resultados mostraram que, segundo as informações coletadas, os recursos recebidos pela Secretaria Municipal de Educação não são suficientes para atendimento de todas as demandas necessárias para o bom funcionamento das escolas, uma vez que as mesmas deixam de realizar algumas atividades que poderiam enriquecer significativamente o aprendizado dos alunos para destinar os recursos apenas às atividades essenciais. Sugere-se que mais estudos sejam feitos em todas

¹Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas, unidade São Gabriel. E-mail: stephaniebsouza02@gmail.com

as regiões do município; o mesmo estudo também poderia ser feito nos próximos anos, para detectar a permanência ou a alteração dos resultados encontrados.

Palavras-chave: Educação infantil; gestão pública municipal; gasto público.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública é um tema muito importante nos dias atuais. É ela que possibilita serem feitas análises adequadas da situação econômico-financeira na gestão pública, e propor metas e objetivos necessários ao andamento dos trabalhos. É necessário repassar transparência, uma vez que é tratado de recursos originados de uma nação, a qual exige a destinação construtiva de seus “investimentos”.

Para o andamento do sistema financeiro, o governo conta com o auxílio da cobrança de tributos para arrecadação de receita da nação. Esses tributos cobrados servem de instrumentos para a construção de um país cada vez mais desenvolvido e igualitário, ao qual deve fornecer a população o retorno dessas arrecadações.

Desta forma, o governo tem como dever, comprovar a real destinação dos seus investimentos, ou seja, é preciso que os mesmos cobrem aos órgãos subordinados a prestação de contas das atividades em execução.

Como exemplo de uma das áreas que recebe recursos advindos da arrecadação de impostos recolhidos diariamente, está a educação, a qual conta com escolas da rede estadual e municipal.

Tendo como intuito aplicar a distribuição correta dos recursos a cada escola, o governo precisa garantir o controle da destinação dos valores fornecidos, justificando a aplicação desta destinação, em todos os níveis da gestão pública.

Na educação municipal é realizado o repasse de recursos para atendimento de crianças, jovens e adultos, e boa parte desses recursos está concentrada principalmente na educação infantil.

Para maior controle da gestão das escolas municipais, a prefeitura criou as Caixas Escolares, instituições responsáveis pelo controle dos gastos utilizados para manutenção das escolas municipais. Às mesmas é solicitada a prestação de conta dos gastos necessários para o bom funcionamento das atividades realizadas na educação municipal.

Para investigar essa questão no nível municipal, foi feito um recorte, e foram selecionadas as escolas públicas municipais de uma das nove regiões do município de Belo Horizonte, Minas

Gerais para analisar o grau de adequação do orçamento das escolas municipais dessa região na percepção dos diretores das instituições que as administram, frente às necessidades da gestão. Para tanto foi necessário identificar a percepção dos gestores dessas escolas quanto aos aspectos financeiros da gestão, quantificar o volume de gastos das escolas por área funcional: pessoal, custeio e obras, e elaborar uma correlação entre atividades desenvolvidas e recursos destinados segundo o orçamento, incluindo possíveis descumprimentos do orçamento.

Espera-se que este trabalho possibilite um entendimento melhor das questões relacionadas à destinação de recursos públicos no setor municipal, analisando alguns aspectos da sua distribuição no setor da educação infantil.

Em um país onde o volume da carga tributária é sempre objeto de controvérsias, para a compreensão da ação dos gestores e das obrigações e limitações requeridas pela Secretaria de Educação do município o estudo da aplicação dos recursos provenientes dos seus tributos é essencial, e este trabalho buscou, de forma interdisciplinar, aplicar o conhecimento contábil e administrativo à pesquisa de questões socialmente relevantes, buscando contribuir para o aperfeiçoamento das instituições públicas e, espera-se, para a melhoria da educação infantil no município.

2 ORÇAMENTO PÚBLICO E GASTOS COM EDUCAÇÃO NO NÍVEL MUNICIPAL

Segundo Kohama (2010, p.25), a contabilidade pública “é o ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e demonstra a organização e execução da Fazenda Pública: o patrimônio público e suas variações”.

A contabilidade pública é necessária para externar de forma adequada a forma de distribuição e aplicação da fonte advinda do pagamento de tributos, sendo utilizada como auxílio para prestação das contas públicas. É um modo imprescindível de organização financeira ao qual proporciona ao orçamento um direcionamento de execução, estruturação de contas e mensuração de informações elaboradas por meio da administração. Seu objetivo é proporcionar informações adequadas para as decisões referentes à previsão e arrecadação da receita, fixação e execução das despesas, além do patrimônio e suas variações.

Para a execução de um melhor controle na administração dos recursos repassados, a contabilidade pública conta com a prestação de contas. Tal procedimento é caracterizado, conforme estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, “como a demonstração do que foi feito com os recursos públicos que foram transferidos a uma entidade num determinado período”.

Quanto à prestação de contas, especificamente no caso do PDDE, o MEC estabelece:

Trata-se de apresentar à comunidade escolar e aos órgãos competentes os valores recebidos pela entidade num dado ano, as despesas realizadas nesse período e eventuais saldos a serem reprogramados para uso no ano seguinte, para demonstrar se os recursos foram corretamente empregados e se os objetivos do programa e de suas funções foram alcançados. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018)

Quanto ao orçamento público, Piscitelli (1997) lembra que é o instrumento de que dispõe o Poder Público para expressar, em determinado período, seu programa de atuação, discriminando a origem, a natureza e o montante dos recursos a serem obtidos e dos dispêndios a serem efetuados.

De acordo com informações do Portal da Transparência, o orçamento público “...é o instrumento utilizado pelo Governo Federal para planejar a utilização do dinheiro arrecadado com os tributos” sendo por isso fundamental para o fornecimento de serviços públicos apropriados, além de detalhar desembolsos e proventos que utilizados pelas autoridades.

Ainda fazendo referência ao orçamento público, o Portal da Transparência acrescenta:

Essa ferramenta estima tanto as receitas que o Governo espera arrecadar quanto fixa as despesas a serem efetuadas com o dinheiro. Assim, as receitas são estimadas porque os tributos arrecadados (e outras fontes) podem sofrer variações ano a ano, enquanto as despesas são fixadas para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada.²

Tendo o orçamento especificado as despesas, é possível o acompanhamento das prioridades designadas pelo governo anualmente, por exemplo: o fornecimento de proventos para construção de escolas, dispêndios na área da saúde, entre outros, possibilitando a inspeção da utilização do dinheiro público.

Para elaboração do orçamento é necessário a realização de um planejamento, ao qual possui diversas etapas, as que mais são evidenciadas é a aprovação da Lei do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), todas desenvolvida pelo Poder Executivo.

O PPA alega quanto as políticas e objetivos estimados de quatro em quatro anos, assim como as formas para conseguir. Já a LDO e a LOA são produzidas anualmente, e precisam estar baseadas nas informações contidas no PPA.

Sobre os gastos públicos, Kohama (2010, p.87) afirma:

Constituem despesa pública os gastos fixados na lei orçamentária ou em leis especiais e destinados à execução dos serviços públicos e dos aumentos patrimoniais; à

² Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico>

satisfação dos compromissos da dívida pública; ou ainda à restituição ou pagamento de importâncias recebidas a título de cauções, depósitos, consignações etc.

No setor público, estes gastos representam a utilização dos recursos para suprimento das funcionalidades necessárias para o cumprimento do exercício das garantias definidas pelo país à população, através do Art. 6º da Constituição Federal de 1988, ao qual informa “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, a segurança, a previdência social, à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Isso significa que, pela Constituição Federal, são de competência não apenas do âmbito federal, mas também do estadual e municipal, o zelo e participação para que os direitos da sociedade sejam exercidos. Isso implica também na participação dos cidadãos, exercendo o controle social.

O controle social faz com que os cidadãos se envolvam ativamente nas questões relacionadas à gestão pública, por meio de fiscalização, monitoramento e participação das atividades públicas. Nesse sentido, acredita-se que as informações referentes às avaliações de políticas públicas e custos no setor público podem ser fontes de fiscalização, monitoramento e controle das atividades públicas para a sociedade. (FERREIRA; AMÂNCIO-VIEIRA; PEREIRA; 2017)

Com relação ao compromisso social, Galdino (2016) lembra que nos dias de hoje a educação é entendida, além de uma necessidade básica dos indivíduos, uma condição humana necessária ao pleno exercício da cidadania.

Matias-Pereira (2016) menciona que a gestão pública não é meramente uma questão de eficiência e eficácia, mas é também uma questão valores que ultrapassam a dimensão particular dos negócios, como a legitimidade e os aspectos da gestão externa de um contexto social e político multifacetado.

No que se refere à educação o Art. 205 da Constituição Federal afirma:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, postulando que ela “...abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Carnoy (2018), afirma que a educação é uma das formas pelas quais a gestão pública se expressa e, portanto, tanto aspectos práticos como o funcionamento da escola e da secretaria, como os grandes planos da educação, todos estão relacionados à engrenagem da administração pública. E Mendes (2016) lembra que o sistema de ensino brasileiro foi elaborado segundo a lógica do princípio federativo, não devendo haver supremacias hierárquicas entre entes federados.

No nível federal, o Ministério da Educação é o ente responsável; as Secretarias Estaduais e Municipais são os outros principais componentes desse quadro institucional no setor público. Esse quadro é completado no âmbito das escolas pela dimensão administrativa, que deve ser pautada por uma gestão democrática. Cêco esclarece que o movimento de afirmação da gestão democrática das escolas está inserido na luta por valores democráticos no Brasil, e diz respeito tanto à eleição direta para diretores das instituições quanto à participação da comunidade. (CÔCO apud GALDINO, 2018).

Para uma melhor organização e controle das escolas, as unidades de ensino municipal contam com o auxílio de um gestor, responsável por administrar e intermediar os interesses entre a Secretaria Municipal de Educação e a escola. Toledo (2016), afirma que é papel do diretor o gerenciamento prático da escola desempenhando várias funções, mas sempre sob a orientação do Projeto Político Pedagógico – PPP. Esse projeto é o norteador das ações de toda a equipe escolar, especialmente do diretor.

A SMED – Secretaria Municipal de Educação – é responsável pelo acompanhamento e gestão das escolas municipais, esta tem a incumbência de cobrar das mesmas, a prestação de contas dos recursos repassados a elas para auxílio na educação de centenas de crianças, jovens e adultos.

A Prefeitura ressalta ainda que a Secretaria deve propiciar um ambiente de diálogo contínuo com todas as escolas, advogando a independência de cada uma a partir das especificidades de cada unidade e suas respectivas comunidades.

No que se refere à gestão escolar no âmbito da educação infantil, Campos *apud* Galdino (2018) lembra que uma análise das publicações nacionais referentes a esse campo mostra que nem os pesquisadores da área de gestão, nem os da área pedagógica têm se ocupado da educação infantil; ao contrário, têm priorizado o ensino médio, superior e a pós-graduação em seus trabalhos. Além disso, segundo esse autor, os poucos trabalhos existentes são estudos de caso ou reflexões localizadas, sem uma interlocução com as questões levantadas pelas reformas

educacionais ocorridas no país nas últimas décadas, que afetaram diretamente a gestão desse setor.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

O município de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, tem, segundo o IBGE, uma população estimada de 2.501.576 habitantes. Informações da Prefeitura de Belo Horizonte³ indicam que a cidade foi subdividida, para fins administrativos, em nove regionais: Barreiro, Centro-Sul, Leste, Norte, Nordeste, Noroeste, Oeste, Pampulha, e Venda Nova.

O campo de estudo deste trabalho são as escolas de uma das regionais do município, que abrange algumas dezenas de bairros. Por questões de sigilo exigido pelos respondentes ela não foi identificada neste trabalho. Porém é possível afirmar, sem fugir a esse compromisso, que como todas as regiões da cidade, ela teve em grande parte um crescimento desordenado, ocasionando a ocupação de áreas inapropriadas para habitação. Foram erguidas moradias em áreas de risco - em morros, em áreas íngremes e às margens de córregos. Embora alguns bairros sejam habitados por uma população com melhor poder aquisitivo e infraestrutura urbana, boa parte da região apresenta uma porção do seu território habitada por uma população carente; muitas moradias têm condições precárias, e há conjuntos habitacionais construídos pelo poder público. São dezenas de milhares de habitantes, e o Censo Demográfico de 2000 mostrou, que mais da metade dos residentes tem um rendimento entre $\frac{1}{2}$ e 3 salários mínimos. Essa região foi selecionada por representar de maneira razoável a realidade de grande parte da população das capitais do Brasil, e de Minas Gerais, em particular.

A região selecionada conta com mais de uma dezena de escolas municipais; do total, foram selecionadas doze, que aceitaram participar do trabalho; elas estão localizadas de maneira dispersa por toda a região.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi utilizada a estratégia qualitativa, com o fim de identificar e compreender com profundidade a destinação dos recursos provenientes da Prefeitura do município, mas também foram feitos procedimentos quantitativos, que possibilitaram uma análise comparativa da utilização desses mesmos recursos pelas escolas pesquisadas.

Como sujeitos de pesquisa foram selecionados inicialmente os doze diretores das escolas mencionadas, mas a pesquisa foi estendida também a um funcionário do nível

³ <https://prefeitura.pbh.gov.br/politica-urbana/planejamento-urbano/plano-diretor/regionais>

estratégico da SMED, responsável pelo acompanhamento e controle de gastos das escolas. Ele foi escolhido porque faz parte do grupo superior de fiscalização e gerenciamento das unidades.

Nesta pesquisa foram utilizados três tipos de instrumentos para coleta de dados: entrevista, questionário, e análise documental.

As entrevistas foram realizadas com os diretores de duas das doze escolas selecionadas, aqui denominadas Escola A e Escola B, codificados como G/escA e G/escB, e também com o gestor da SMED (G/SMED). Tais entrevistas foram realizadas com os gestores das escolas correspondentes com o fim de avaliar as especificidades de cada uma, relativas à questão investigada; com o gestor da SMED, para analisar essa questão na perspectiva do nível público fiscalizador.

Os questionários foram respondidos pelos diretores das outras dez escolas, para um quadro comparativo que considerou tanto as especificidades de cada uma quanto os aspectos de interesse comum. Os questionários investigaram basicamente se o recurso recebido é suficiente para suprimento dos gastos necessários, e outras questões diretamente relacionadas a essa problemática.

Além disso, para o desenvolvimento desta pesquisa, foi feita uma análise documental. Para tanto foi realizada uma averiguação dos dados através do sistema de prestação de contas utilizado pelas escolas e pela contabilidade responsável, para descrever e informar todos os gastos incorridos.

Os documentos utilizados para execução do trabalho foram os relatórios de abril a setembro de 2018 obtidos junto ao sistema de controle da prefeitura do município denominado SIGAF - Sistema de Gestão Administrativa e Financeira das Caixas Escolares – onde as escolas realizam individualmente o lançamento de todas as suas despesas e receitas ocorridas no decorrer do mês.

Através desse sistema, a prefeitura identifica a destinação do valor fornecido a cada instituição, tendo a divisão ocorrida em três áreas distintas, sendo elas: custeio, obras e pessoal. No custeio, são considerados os gastos em geral, como por exemplo: aquisição de utensílios pra cantina, realização de oficinas para estudantes, aluguel de brinquedo para as crianças, compra de material pedagógico, material de limpeza, entre outros; Em obras, são destinados recursos para melhorar o espaço físico das escolas, infraestrutura, adaptação e conservação; No setor de pessoal, são utilizados os recursos para manutenção da mão de obra necessária para o bom funcionamento das escolas, sendo abrangidos os custos com salário, vale transporte e vale alimentação de funcionários, voluntários e estagiários, entre outros.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise qualitativa

Uma análise qualitativa elaborada a partir das entrevistas mencionadas mostrou a percepção das gestoras das duas escolas selecionadas para essa etapa quanto à adequação dos recursos recebidos, frente à percepção de um gestor da SMED sobre a mesma questão.

Sobre o volume de recursos, considerando os gastos por área funcional - pessoal, custeio e obras, foi possível perceber que há um grau de razoável satisfação por parte dos entrevistados – embora os recursos para o custeio tenham sido lembrados como de mais alta demanda, porque envolvem o funcionamento de toda a estrutura escolar no atendimento a dezenas de alunos, professores e funcionário “...para o fornecimento de alimentação, vestuário, materialidade, espaço, etc. (...). O processo (...) é desafiador porque não lidamos apenas com o pedagógico” (G/EscA). Quanto ao montante de recursos para as obras os relatos apontaram em primeiro lugar a sua variação, em função da dotação orçamentária do município para o setor da educação, mas também da aprovação dos projetos de obras pela Secretaria. Uma afirmação que resume essa percepção foi a de que “...dentro do escopo de obras permitido, sim, mas há muitas obras a serem feitas que demandariam muito mais recursos” (G/EscB).

É perceptível diante das respostas que, mais recursos poderiam ser liberados, principalmente para o custeio e a geração de melhorias na estrutura física das escolas. A partir do valor recebido, as escolas fazem as adequações possíveis, priorizando as atividades essenciais ao bom funcionamento da gestão. Sobre a mesma questão o gestor da SMED mostrou concordância, afirmando que “sempre faltam recursos para o bom funcionamento das escolas” (G/SMED).

Quanto à cobrança realizada pela prefeitura, feita pela prestação de contas, ambos os gestores das escolas foram afirmaram ser necessária, e que a prestação de contas é uma ferramenta de controle que auxilia na organização dos recursos demandados.

Quanto à eficácia dessa cobrança realizada pela prefeitura quanto à prestação de contas embora os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade, “atendendo a lei municipal que rege as caixas escolares” tenham sido lembrados um dos relatos apontou que essa prestação de contas deveria ser mais rigorosa, “pois mesmo com tantas cobranças ainda há fraudes”. O gestor da SMED afirmou que a cobrança começou a ser mais rigorosa em 2018, com o fim de encontrar possíveis desvios. Um dos problemas é, no entanto, segundo os relatos, que os recursos destinados ao custeio, obras e pessoal se misturam em virtude da urgência das

demandas e da variedade de necessidades da gestão. Outro fato é que, além das verbas da Secretaria, tanto as escolas quanto o gestor da SMED lembraram que as escolas recebem recursos do governo federal, denominados PDDE⁴s, embora não necessariamente se misturem uns aos outros.

Embora não sejam administradores profissionais, sobre a condução das atividades de gestão os diretores das escolas afirmaram ter recebido treinamentos no início dos seus trabalhos. Os relatos apontaram um bom relacionamento nesse sentido com a SMED, mas também queixas de que os treinamentos não são mais frequentes, e que os diretores dependem da própria iniciativa para buscar mais conhecimentos nessa área. Ambos os gestores relataram também que são feitas reuniões na escola para discussão e planejamento dos gastos – isto é: não se trata de um processo centralizado.

Fazendo uma síntese das informações diretamente relacionadas à questão que norteou este trabalho, é possível afirmar que, nas duas escolas, a área de pessoal é bem atendida quanto aos recursos a ela destinados, mas eles estão vinculados somente às obrigações legais dessa área – encargos trabalhistas e folha de pagamento com prazos a serem cumpridos, sem gastos relacionados à qualificação dos docentes, ou concessão de benefícios destinados ao bem-estar e satisfação no trabalho. A área de custeio, ligada à manutenção administrativa e financeira da escola, engloba a aquisição de materiais pedagógicos, de escritório, bens permanentes, gastos com segurança eletrônica, projetos pedagógicos, e toda a manutenção predial do estabelecimento, e também nesse caso os recursos cumprem apenas os requisitos básicos para o funcionamento das instituições. O mesmo pode ser dito em relação ao setor de obras - reparos, conservação, manutenção, ampliação de espaços, dentre outros; os recursos cobrem apenas o necessário para o funcionamento da escola, sem melhorias estruturais que tenham impacto nas atividades pedagógicas ou administrativas.

4.2 Análise quantitativa

A análise quantitativa foi obtida a partir dos questionários aplicados aos diretores das outras escolas da região, para retratar o grau de concordância dos gestores quanto à adequação dos recursos recebidos.

⁴ Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) “tem por finalidade prestar assistência financeira para as escolas, em caráter suplementar, a fim de contribuir para manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar”. Disponível em: <https://www.fnade.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 15/05/2019.

Quanto à adequação do valor recebido para utilização nas despesas de custeio, percebe-se que há um problema significativo referente ao valor recebido para este tipo de despesa, uma vez que um descompasso foi apontado por todos os respondentes. Isso confirma o que disse o gestor da SMED, como foi afirmado no tópico anterior. Quanto aos recursos para a área de obras, também há discordância, ainda que menor – mas, por outro lado, todos os gestores concordaram com a afirmação de que o valor recebido para as despesas com a área de pessoal é suficiente.

Com relação ao objeto deste trabalho, um problema de gestão apontado entre as respostas dos gestores nessa etapa quantitativa é a ausência, na época de realização desta pesquisa, de treinamentos para as atividades administrativas, necessários em função da complexa realidade em que vivem as escolas. Segundo os diretores das escolas, a organização e discussão entre os gestores e a SMED para planejamento dos gastos relacionados ao funcionamento das escolas também é um ponto que merece mais atenção – e isso inclui, segundo as respostas, a facilitação do acesso a novos recursos que forem necessários. O relacionamento com a SMED envolve prazos e procedimentos burocráticos – e esse também foi um ponto mencionado de forma negativa.

Concluindo esse tópico, todos os gestores afirmaram que o valor recebido para custear as despesas é insuficiente, e que seriam necessários mais recursos para o fornecimento de melhores condições de ensino.

4.3 Análise documental

A análise documental foi realizada através da quantificação das receitas e dos gastos de todas as escolas, individualmente e em conjunto, por área funcional (pessoal, custeio e obras), no período de abril a dezembro de 2018.

Os resultados mostraram que de abril a setembro as receitas superaram as despesas em relação aos gastos; uma análise simples dos valores e gastos relacionados, leva à conclusão de que é a área pessoal que recebe mais recursos e também onde a maior parte do dinheiro é gasto. No entanto, após o período mencionado (depois de setembro) não houve o repasse de mais verbas; constatou-se então que os valores destinados para a área de pessoal não seriam suficientes, e então foram destinadas para essa área uma parte dos recursos que deveriam ser empregados nas outras categorias, de custeio e obras – que, portanto, ficaram desguarnecidas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não haja um consenso entre os pesquisados acerca do grau de adequação do orçamento das escolas públicas municipais da regional de Belo Horizonte selecionada para essa análise, considerando as suas necessidades, é possível afirmar que os recursos repassados pela Secretaria Municipal de Educação não são suficientes para atendimento das demandas necessárias para o bom funcionamento das escolas. Segundo informações coletadas, as escolas deixam de realizar algumas atividades que poderiam enriquecer significativamente o aprendizado dos alunos, para destinar os recursos apenas às atividades essenciais.

Segundo os gestores das escolas, os valores recebidos, que correspondem ao orçamento, tendem a ser gastos nas rubricas previstas, mas reclamam que isso é insuficiente, porque, muito mais poderia ser feito se o valor recebido fosse mais elevado, e que, em caso de urgências, isso pode não ser respeitado. Isso foi verificado nas informações colhidas nos questionários, e esclarecido nas entrevistas feitas com os gestores das duas escolas selecionadas para a investigação qualitativa. A percepção do gestor da SMED é bastante semelhante, pois o mesmo reconhece que se houvesse a liberação de mais recursos, mais atividades poderiam ser realizadas. Considerando o problemático panorama da educação fundamental no país, os valores são restritos e isso certamente está refletido nos resultados obtidos.

É importante ressaltar que o campo dessa pesquisa foi restrito apenas a uma regional do município de Belo Horizonte, e seus resultados, portanto, não podem ser generalizados, uma vez que as diferentes características do público, dos gestores e das escolas de cada regional vão apresentar resultados diferentes quanto à relação entre o orçamento e as necessidades da gestão.

Propõe-se então, para trabalhos futuros, em primeiro lugar, um outro estudo mais preciso, que deveria tentar eliminar as indefinições relativas à variável “necessidades da gestão”, visto que diferenças entre as percepções dos gestores quanto a isso provavelmente estão na raiz da ausência de consenso detectada neste trabalho. Seria importante também, a partir daí, estudar todas as regiões administrativas de Belo Horizonte, bem como outros municípios e estados, com a finalidade de estabelecer possíveis comparações.

Sugere-se, além disso, na elaboração dessa política pública no âmbito municipal, uma mudança no processo de formulação dos orçamentos, que poderia analisar mais detalhadamente as necessidades de cada escola, observando as especificidades de cada uma, para que o orçamento destinado à educação pública no nível municipal possa de fato refletir as necessidades concretas dos gestores para a condução eficaz dessas instituições.

REFERÊNCIAS

CARNOY, Martin. **Gestão pública precisa entender particularidades da educação.** Disponível em: < <http://www.revistaeducacao.com.br/gestao-publica-precisa-entender-particularidades-da-educacao/> > Acesso em 15 de novembro de 2018.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. **Decreto 45.849 de 27/12/2011 – e alterações do Dec. Nº. 45.914.** Disponível em: < http://www2.educacao.mg.gov.br/images/stories/publicacoes/DECRETO_Competncias%20EE_45.849_com%20alteraes%20do%20dec.45.914%201.pdf > Acesso em 04 de nov de 2018.

FERREIRA, Thiago Spiri; AMÂNCIO-VIEIRA, Saulo Fabiano; PEREIRA, Renata Storti. **Custos na Gestão Pública: uma análise dos custos educacionais no município de Londrina / PR.** Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/orcamentopublico/pages/arquivos/III%20SIMPOSIO/CUSTO%20NA%20GESTAO%20PUBLICA.pdf> Acesso em 15 de nov de 2018.

GALDINO, Luciana. **Gestão Institucional na Educação Infantil.** Disponível em: http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/8657/1/tese_9777_Dissertacao%20Luciana%20versao%20final.pdf. Acesso em 24 de setembro de 2018.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática.** São Paulo, Atlas, 2016.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea.** 5. Rio de Janeiro, Editora Atlas, 2016.

MENDES, Gilmar F.; CARNEIRO, Rafael A. **Gestão pública e Direito Municipal: Tendências e Desafios.** São Paulo, Saraiva, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Apresentação.** Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/institucional> > Acesso em: 14 de out de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sobre as finalidades do PDDE.** Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/programas/pdde/perguntas-frequentes/item/10727-pf-sobre-as-finalidades-do-pdde> > Acesso em 24 de set de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sobre prestação de contas.** Disponível em: < <https://www.fnde.gov.br/programas/pdde/perguntas-frequentes/item/10736-pf-sobre-presta%C3%A7%C3%A3o-de-contas> > Acesso em 12 de nov de 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL. **Mapa Estratégico.** Disponível em: < <http://www2.educacao.mg.gov.br/sobre/mapa-do-site/servicos-18/missao-e-valores> > Acesso em 12 de nov de 2018.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Orçamento Público.** Disponível em: < <http://www.portalttransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/orcamento-publico> > Acesso em: 14 de out de 2018.

PISCITELLI, R. B.; TIMBÓ, M. Z. F.; ROSA, M. B. **Contabilidade Pública: Uma abordagem da administração financeira pública**. 5. Ed. São Paulo: Atlas S.A., 1997.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Secretaria Municipal de Educação**. Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao> > Acesso em: 03 de out de 2018

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Educação Básica**. Disponível em: < <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=618> > Acesso em 12 de nov de 2018.

TOLEDO, Margot de. **Gestão da educação pública e privada**. São Paulo, Cengage Learning, 2016.